

## Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará

MELQUIADES PINTO PAIVA\*



O senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818 – 1877) foi “a mais perfeita e íntima união do prestígio político e intelectual que registra a história do Ceará.” (CÂMARA, 1960: V). Louvado como naturalista, educador, geógrafo, historiador, jornalista, escritor, empresário e político, é natural que sobre ele existam vários textos biográficos, destacando sua atuação na vida pública provincial e nacional, embora poucos deles tenham maior profundidade e/ou abrangência, compatível com as atividades desenvolvidas e conhecimentos acumulados.

Tratando-se de personalidade de projeção nacional durante o Império, de cultura das mais proeminentes na sua época de curta vida, sacerdote e bacharel em Direito, abordou nos seus escritos temas os mais diversos, relativos à terra e ao povo do Ceará.

---

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Agora vamos elaborar um esboço biobibliográfico de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, com o apoio maior em trabalhos assinalados com asterisco, na bibliografia consultada, destacando-se entre eles os da autoria de Raimundo Girão (1900 – 1988) – [in: CÂMARA, 1960 : XI - XVI (prefácio) e GIRÃO, 1977].

Filho do capitão de milícias Thomaz de Aquino Sousa, natural do Rio Grande do Norte, e de sua mulher Jeracina Isabel de Sousa, cearense de Santa Quitéria, filha única do capitão de ordenanças José Luís Pestana e Isabel Pinto de Mesquita, ele nasceu no dia 6 de junho de 1818 na povoação de Santa Quitéria, vinte léguas distante de Sobral (Ceará). Tinha ancestrais portugueses da atual Penafiel, bispado do Porto, sendo parente dos padres Miguel Joaquim d'Almeida Castro (Padre Miguelinho) (1768 – 1817) e Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque Mello Mororó (1778 – 1825), heróis republicanos nordestinos, participantes e mártires das revoluções de 1817 e 1824, respectivamente.

Após seus estudos em Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte), Thomaz Pompeo foi mandado para Sobral, em 24 de fevereiro de 1834, para cursar aulas de latim e humanidades do tio materno e advogado Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, depois deputado na primeira legislatura da Assembleia Provincial do Ceará (1835 – 1837). Em 10 de agosto de 1835 embarcou com destino a Pernambuco, para iniciar estudos no Seminário de Olinda, recebendo ordens sacras em 18 de setembro de 1841; pouco depois, em 24 de outubro de 1843, obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda. Antes mesmo de sua ordenação, exerceu a função de substituto da cadeira de Teologia, no Seminário de Olinda.

Em 10 de novembro de 1843 embarcou de volta ao Ceará, convocado pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcelos, para instalar o Liceu do Ceará, criado pela Lei n.º. 304, de 15 de julho de 1845, sendo nomeado seu primeiro diretor e, como tal, Inspetor da Instrução Pública da Província do Ceará. No Liceu do Ceará foi professor da disciplina Geografia e História, ficando como diretor desde 19 de outubro de 1845 até 25 de abril de 1849, quando foi exonerado por motivos políticos; voltou à direção do educandário em 23 de outubro de 1853 e se aposentou em 17 de janeiro de 1865.

Pouco conhecemos a respeito do seu desempenho como padre católico. Durante oito anos esteve como vigário forâneo (geral) do Ceará, exonerando-se em 1860.

Na condição de advogado, salvo raras exceções, atuou apenas no cível, pois não gostava do foro criminal. Também neste campo, suas atividades não foram destacadas pelos que cuidaram de sua biografia.

No decorrer de toda a vida, mostrou-se zeloso na condução dos negócios, sempre econômico nos gastos e pontual nos compromissos financeiros. Foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870, em decorrência de pacto associativo para fins de construção de uma estrada-de-ferro entre Fortaleza e Pacatuba, com ramal até Maranguape, assinado pelo senador e mais quatro outros fundadores da empresa pioneira (FERREIRA, 1989).

Celebrou contrato de trabalho com a presidência da província do Ceará em setembro de 1855, com vigência de dois anos, para apresentar uma resenha estatística sobre o Ceará. No desempenho do contrato, viajou durante todo o ano de 1856, visitando municípios das diversas regiões cearenses, mas teve muitas dificuldades para conseguir as informações necessárias, pela falta de colaboração das autoridades provinciais. Neste contrato se encontra a fonte primeira dos seus trabalhos posteriores sobre os diversos enfoques estatísticos e aspectos naturais do Ceará, que lhe deram merecido renome.

Em outubro de 1844 se candidatou a deputado da Câmara Geral, mas não foi eleito, ficando como primeiro suplente; em 1845 foi eleito deputado da Assembleia Provincial do Ceará (1846 – 1847). Com a morte do deputado-padre José da Costa Barros, chegou à Câmara Geral em 1846, ali permanecendo até 1848, cobrindo duas legislaturas. Nas eleições de 8 de fevereiro de 1863, foi incluído na lista tríplice para a escolha de novo senador pela província do Ceará, na vaga decorrente da morte do senador Miguel Fernandes Vieira, recebendo 602 votos; a escolha foi feita pelo Imperador, em 9 de janeiro de 1864, favorecendo o segundo colocado – Thomaz Pompeo de Sousa Brasil; sua posse ocorreu em 11 de fevereiro do mesmo ano, permanecendo como senador até 2 de setembro de 1877, data da sua morte em Fortaleza, onde foi sepultado no mesmo dia, em cemitério público e com hábitos talaes, conforme sua expressa vontade.

Iniciou-se nas lides políticas como um dos fundadores do jornal *Cearense*, em 16 de outubro de 1846, órgão do Partido Liberal, assumindo a direção em 1850, onde ficou até a morte.

Sempre pertenceu aos quadros do Partido Liberal, tornando-se o seu chefe na província do Ceará, após a morte do senador José Martinião de Alencar, ocorrida em 1860. Teve projeção política em escala nacional, havendo recusado o cargo de ministro do Império, quando os liberais ascenderam ao poder em 1864.

Não tinha condecorações, porque não as aceitava, mas foi enobrecido pelos diplomas honoríficos dados por instituições de ensino, profissionais e culturais, no país e no exterior. Foi sócio da Sociedade Literária Onze de Agosto (Recife), do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, da Sociedade Geográfica de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico da Bahia, do Instituto dos Advogados do Recife, do Instituto Histórico do Maranhão, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, da Harmonia Maranhense e do Ateneu Maranhense (STUDART, 1915). Esta lista pode ser acrescida pelas seguintes instituições: Instituto Literário do Maranhão, Sociedade Amante da Instrução da Corte, Ateneu Paulistano e Ateneu Pernambucano.

Viveu com Filesmina Carolina Filgueira (1827 – 1905), com a qual teve os seguintes filhos: o primogênito nasceu e morreu em 1846; em 1849 nasceram gêmeos, o menino faleceu em 1850 e a menina Maria Tereza sobreviveu, tendo se casado com o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, seu sucessor nas atividades políticas, a qual faleceu em 1930; Antônio Pompeo de Sousa Brasil (1851 – 1886), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1852 – 1929), uma réplica do pai e homônimo, formado pela Faculdade de Direito do Recife; Hildebrando Pompeo de Sousa Brasil (1853 – 1907), engenheiro mecânico formado pela Escola Central do Rio de Janeiro.

A correspondência do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (CÂMARA, 1960) está voltada para três vertentes principais: política provincial vista pelo ângulo do Partido Liberal; preocupação com a ocorrência de secas no Ceará; controle dos seus negócios particulares.

Além dos discursos e pareceres encontrados nos anais da Assembleia Provincial do Ceará, da Câmara Geral e do Senado do Império, bem como de artigos divulgados em jornais, ele deixou importante bibliografia contida em folhetos e livros, cujos principais títulos relacionamos a seguir.

BRASIL, Th. P. S. – 1851 – *Elementos de Geographia*. Edição do autor, 284 pp., Ceará (Fortaleza). Esta obra foi posteriormente ampliada e teve quatro outras edições, a primeira delas de 1856 e ainda publicada no Ceará (Fortaleza); as outras são de 1859, 1864 e 1869, editadas no Rio de Janeiro – ver BRASIL, Th. P. S. – 1869 – *Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil*. Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª. ed., VIII + 680 pp., Rio de Janeiro. Foi adotada no Colégio Pedro II e nos liceus e seminários do Império.

BRAZIL, Th. P. S. – 1957 – *Memorias sobre a estatistica da população, e industria da provincia do Ceará em 1856*. Typographia de Paiva & Companhia, 50 pp., Fortaleza. Este é o primeiro zoneamento econômico do Ceará, a partir dos seus produtos naturais e atividades desenvolvidas pelo povo, com delimitação das regiões fisiográficas. Contém sério alerta contra a depredação dos recursos naturais sujeitos à exploração, tanto vegetais como animais.

BRAZIL, Th. P. S. – 1858 – *Memoria estatistica da provincia do Ceará: sob sua relação phisica, politica e industrial*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 68 pp., 13 tabelas em páginas não numeradas, Fortaleza. Versão ampliada do trabalho anterior, com dados mais recentes. Seu valor maior compreende os dados pluviométricos, coletados durante tantos anos, com rigor científico.

BRAZIL, Th. P. S. – 1859 – *Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 36 p., Fortaleza. Concluiu que a destruição das matas e as queimadas têm contribuído para uma maior frequência de seca, encurtando os períodos normais entre tais ocorrências. Foi incluído em seu livro *Memoria sobre o clima e seccas* (1877); em 1986 foi novamente publicado, inserido no 8º Livro das Secas (pp. 95 - 125) da Coleção Mossoroense (volume CCXLII), editado na cidade de Mossoró; apareceu em edição *fac-simile*, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1861 – *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*. Eduardo & Henrique Laemmert, 90 pp., 2 mapas em páginas não numeradas, Rio de Janeiro. Este é o primeiro dicionário geográfico e estatístico do Ceará, preparado como postulação ao seu ingresso como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BRASIL, Th. P. S. – 1863/1864 – *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Typ. de B. de Mattos, tomo I – XVI + 839 pp., tomo II – 330 p., [São Luís]. Esta é a obra maior do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, tanto em volume como em conteúdo, sendo mesmo uma verdadeira enciclopédia sobre o Ceará dos meados do século XIX. Existe uma edição *fac-simile* desta obra, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1877 – *Memoria sobre o clima e as seccas do Ceará*. Typographia Nacional, 100 pp., Rio de Janeiro. História das secas do Ceará, suas causas e meios de mitigar os seus efeitos. Contém lista das secas, desde 1711 a 1837, e outra sobre grandes inundações entre 1776 e 1876. A série com dados meteorológicos, antes divulgados, foi acrescida com os registros até 1876. Foi inserida no final a *Memoria sobre a conservação das mattas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Publicado no 9º Livro das Secas (p. 7 - 78), da Coleção Mossoroense (volume CCLXXXV), editado na cidade de Mossoró (1983).

Os serviços que prestou ao Ceará foram os mais proeminentes, nos diversos campos de suas atividades. “Era um philantropo, um sabio, que viveu bem pouco para tantas esperanças e beneficios que a patria aguardava ainda.” (ANÔNIMO, 1877). “Thomaz Pompeo foi um brasileiro que se devotou á felicidade da sua terra, que amava de coração; um philantropo modesto e recolhido, que escondia a mão fazendo o beneficio; a probidade, a honra em sua mais alta expressão.” (BRÍGIDO, 1877). Ninguém, no seu tempo, foi intelectualmente mais ilustre do que ele no Ceará.

Como final desse esboço biobibliográfico, vamos indicar alguns dos pioneirismos do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil:

- pioneiro dos estudos de estatística e demografia no Brasil, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional;
- pioneiro do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador do Liceu do Ceará;
- pioneiro na publicação de livros didáticos e científicos no Ceará;
- pioneiro dos cientistas que pesquisaram as causas das secas nordestinas, com a coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos;
- pioneiro dos estudos sobre a devastação das matas e conserva-

ção da natureza cearense, tendo em vista a melhoria do clima e maior defesa contra os efeitos das secas.

Apesar de tão estudado e muito louvado, pouco sabemos a respeito do seu desempenho como parlamentar, representante do povo cearense. Neste trabalho, vamos tentar melhor conhecer a atuação do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no Senado do Império, em favor da província do Ceará (1864 – 1877).

## Senado do Império

Foram intensas as atividades de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado do Império. Conhecido como responsável e laborioso, aliou a estas qualidades sua vasta cultura. Teve brilhante atuação senatorial, em plenário e nas comissões, analisando e discutindo matérias as mais diversas. Em especial, foi atento às propostas de orçamento dos ministérios, procurando bem as conhecer e melhorar, discutindo a justeza das destinações dos recursos financeiros disponíveis.

A respeito da província do Ceará, sua ação parlamentar abrigou aspectos econômicos, sociais e políticos, com proeminência para as construções da estrada de ferro de Baturité e porto de Fortaleza; recrutamento militar e práticas eleitorais. Abaixo, alguns destaques, selecionados a partir de leitura dos *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*.

**Sessão de 27 de julho de 1864** – Tratando da saúde pública, protestou contra o descaso do Governo com respeito à epidemia do *choleramorbis* que assolou a província do Ceará em 1862, fazendo 13.000 vítimas, e que continuou em 1863 (até junho), reaparecendo em março de 1864. Houve completa omissão governamental, sem dotação orçamentária para combater o flagelo.

**Sessão de 22 de agosto de 1864** – Na presença do Ministro da Marinha, cobrou a promessa de dotar o Ceará de um porto ou de melhorar o existente em sua capital. Lembrou que há mais de 40 anos têm sido feitos estudos e/ou exames no porto de Fortaleza, a saber:

- em 1813, o governador Manoel Ignácio de Sampaio mandou fazer um exame por engenheiro português, oficial de Marinha;
- em 1833, na presidência de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, fez-se novo exame;

– em 1840, na presidência de Manuel Felizardo de Souza Martins, novo estudo foi realizado;

– em 1857, o governo imperial mandou um oficial de engenheiros fazer exames no porto, demorando-se por alguns meses no cumprimento de sua missão;

– de 1859 a 1862, a província pagou um engenheiro francês para estudar o porto;

– o ministro presente pagou um engenheiro, que recebeu instruções para examinar o porto.

Defendeu o aproveitamento da enseada do Mucuripe como porto de Fortaleza, a qual “oferece capacidade e segurança para ancoradouro de mais de 300 navios de diferentes calados; o fundo é de arêa, com quatro a cinco braças de agua; a arrebentação é ahi pequena e fraca. Os navios ali estão abrigados, porque o vento mais constante é de sueste, leste e nordeste, dos quaes os defende a ponta do Mucuripe. Portanto, como disse, o porto está feito e achado nesta enseada, onde existe já uma crescida povoação de pescadores com mais de 200 casas.”

Indicou três providências a serem tomadas: construção de armazéns; ligação ferroviária com Fortaleza; construção de trapiche ou ponte de desembarque.

Afirmou que o dispêndio de 173:000 \$ pode dotar a capital do Ceará com um excelente porto, “abandonando-se o actual, que não pode mais ter remedio, senão mediante uma enorme despeza, incompativel talvez com as forças do estado, ou ao menos para o Ceará, com quem até hoje não se tem despendido quase nada em obras publicas.”

Disse que no ano financeiro de 1862 – 1863 entraram e saíram do porto de Fortaleza para a Europa 65 navios de longo curso, e 450 navios de grande cabotagem para diversos portos do Império.

Após afirmar que o Ceará era a única província em que a produção se fazia com braços livres, faltavam-lhe vias de comunicação e um porto.

**Sessão de 24 de agosto de 1864** – Reclamou contra a desigualdade do recrutamento (imposto de sangue) que prejudica e impõe sacrificios à população cearense, na proporção de 1:10.000 habitantes. Pediu igualdade de sacrificio, já que não há igualdade de beneficios, que também devia haver.

**Sessão de 29 de agosto de 1864** – Tratou da irracionalidade de práticas agrícolas, que levam à esterilidade, ao deserto e à solidão, por causa da derrubada das matas, deixando atrás capoeiras abandonadas. Lembrou haver publicado em 1860 memória sobre a conservação das matas do Ceará, animando a silvicultura e a construção de açudes. Das derrubadas resultam a falta de lenha, a esterilidade do solo e a sequeidão das fontes.

“Está mesmo conhecido que por causa da imprudencia dos nossos agricultores no Ceará, e do incendio continuado dos campos durante a estação secca, tem-se feito sentir os effeitos apontados, e talvez tenha-se aggravado a irregularidade das estações; e embora não seja esse o motivo principal, em todo caso é auxiliar, como demonstram exemplos repetidos, antigos e modernos em todo o mundo.”

“Em minha provincia acredito que a destruição das matas na extensa serra da Ibiapaba, e em outras, igualmente fertes, tem corrido poderosamente para augmentar a sequeidão do sólo, e a irregularidade das estações. Ainda no principio deste seculo a serra da Ibiapaba, que separa o Ceará do Piauhy, desde a praia da Timonha até o Cariri por 130 leguas, onde toma o nome de Araripe, era mais fresca, abundante de água, que descia em correjos até o sertão adjacente; outras serras erão tambem abundantes de fontes: de certos annos para cá, depois da derrubada das matas que guarnecião as encostas, para a cultura do algodão e legumes, as correntes seccárão e as seccas augmentárão.”

Recomendou o estabelecimento de colônias agrícolas no Ceará, dirigidas por missionários capuchinhos, com a dupla vantagem do trabalho regular, constante e moral, pelo ensino e prática da religião, com o aproveitamento dos descendentes dos índios do Aquiraz, da Ibiapaba e dos mestiços abundantemente encontrados no Cariri, nas terras de antigas aldeias indígenas. Destacou a importância da educação agrícola em nível intermediário.

Informou que o Ceará pede um pouco de equidade na distribuição dos sacrificios impostos ao povo brasileiro, “principalmente do recrutamento, e um auxilio dos cofres publicos para ajuda-lo a desenvolver sua riqueza natural, para augmentar sua industria, que apesar de sua actividade luta com embaraços superiores a seus esforços, embaraços que só a mão poderosa do estado lhe pode ajudar a remover.”

Destacou a urgência da construção de estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité, para o transporte da produção agrícola – café, algodão etc.

Reclamou contra as irregularidades dos serviços postais, com frequência quinzenal e estafetas carregando malas com cinco ou seis arrobas, ganhando um tostão por légua, com trabalho obrigado e péssimo procedimento.

No final do seu discurso, pediu desculpas por advogar os interesses da província do Ceará, com algum calor: “Eu sinto um amor estremecido por ella, e sinto tambem que por mais que faça, não pagarei jámais essa divida de honra que contrahi pela confiança que em mim depositou elegendo-me para, como seu representante, occupar um lugar nesta casa.”

**Sessão de 30 de maio de 1865** – Deplorou o continuado des-caso do Governo com respeito à construção do porto do Mucuripe e da estrada de ferro para Baturité, apresentando emendas favorecendo estas construções, e uma outra destinada à construção do seminário do Ceará.

**Sessão de 2 de junho de 1866**– Falou contra o tratamento dado pelo Império aos familiares dos combatentes do Ceará na guerra do Paraguai, quanto à concessão de pensões, desatenção ou parcialidade com que se tem procedido para com eles.

**Sessão de 6 de junho de 1866** – Tratou do não cumprimento da promessa de liberar cem contos de réis, para a melhoria da estrada de Baturité, bem como da pouca atenção do Governo em relação ao porto de Fortaleza.

**Sessão de 21 de junho de 1866** – Voltou a reclamar contra a falta de recursos para a melhoria da estrada de Fortaleza a Baturité e da ausência de estradas para o Cariri.

**Sessão de 14 de julho de 1866** – Defendeu a dispensa de direitos alfandegários para objetos importados por companhia estrangeira, destinados ao encanamento d’água para abastecer a cidade de Fortaleza. O mesmo favor deverá ser concedido à empresa que cuida da iluminação da capital cearense.

**Sessão de 12 de setembro de 1866** – Prestou esclarecimentos sobre o contrato para o encanamento d’água para Fortaleza e leu a resolução nº. 1032, de 27 de novembro de 1862, que concede a José Paulino Hoonholtz o direito de construir a obra, a partir do sítio Benfica.

**Sessão de 31 de maio de 1867** – Mais uma vez defendeu a isenção de direitos alfandegários, para a importação de objetos necessários à iluminação a gás de Fortaleza.

**Sessão de 12 de setembro de 1867** – Pediu que os delegados do governo no Ceará mandem recolher às prisões homens ferozes que perturbam a ordem pública, uma vez que já havia passado a quadra eleitoral. Também protestou contra a violência do recrutamento na província do Ceará, viciado por critérios eleitorais.

**Sessão de 11 de julho de 1868** – Novamente protestou contra o recrutamento, usado como arma eleitoral, praticado no Ceará.

**Sessão de 9 de setembro de 1869** – Criticou o conselheiro José de Alencar, então Ministro da Justiça, pela insegurança individual e de propriedade imperantes no Ceará, com elevado número de assassinatos.

**Sessão de 5 de outubro de 1869** – Protestou contra o descaso da administração dos Correios no Ceará, pedindo mais celeridade à expedição de malas terrestres, mais empregados e melhores meios para desempenhar a missão que lhes cabe realizar. Também falou contra a exclusão do porto de Fortaleza na linha de navegação do Rio de Janeiro ao Pará. Defendeu a concessão de auxílio para a companhia de navegação costeira que se organizou no Ceará, bem como a construção de estradas. Protestou contra o recrutamento de sertanejos livres, atuantes na agricultura, o mesmo fazendo a respeito do descaso pela construção do porto de Fortaleza, discutindo dados apresentados por ilustres engenheiros e os correspondentes à movimentação de cargas.

**Sessão de 30 de maio de 1870** – Protestou contra a fraude generalizada, em recente eleição senatorial no Ceará.

**Sessão de 4 de julho de 1870** – Voltou a falar da insegurança imperante no Ceará, com elevado número de assassinatos. Destacou as pressões e agressões sofridas pelos juizes de Direito, praticadas por potentados locais, que inclusive põem em liberdade presos condenados pela Justiça.

**Sessão de 28 de julho de 1870** – Novamente protestou contra a insegurança imperante no Ceará. Comentou recentes eleições feitas no Ceará, com cinismo e postergação da Lei. Falou a respeito de absolvições irregulares de pessoas processadas em terras cearenses, por causa de influências políticas locais.

**Sessão de 29 de agosto de 1870** – Defendeu a formação de ceireiro de alimentos em Icó, tendo em vista a emergência de seca.

**Sessão de 21 de junho de 1871** – Lamentou a não inclusão do Ceará no orçamento em discussão, sem dotação para a construção de estrada de ferro e do porto de Fortaleza. Em suma, falou da exclusão do Ceará no inventário de partilha dos benefícios concedidos às províncias do Império.

**Sessão de 27 de junho de 1871** – Voltou a protestar contra a exclusão do Ceará, na partilha de recursos orçamentários para obras viárias, lembrando as condições físicas do território cearense como favoráveis à implantação de estradas, pela ausência de grandes rios e de altas montanhas, com terreno mais ou menos plano; por outro lado, a produção de algodão exige, pelo seu volume, a existência de boas estradas para transporte da safra até o porto de Fortaleza.

**Sessão de 15 de julho de 1871** – Reclamou contra o não retorno ao Ceará do 14º batalhão da tropa de linha, dali saído por ocasião da guerra com o Paraguai. A reclamação foi dirigida ao Ministro da Guerra, o senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe; também, perguntou ao ministro a razão da não concessão de terras devolutas a voluntários cearenses, combatentes na guerra do Paraguai.

**Sessão 8 de janeiro de 1873** – Relatou arbitrariedades policiais em diversas localidades do Ceará, nas eleições de agosto e setembro de 1872, e registrou a existência de 23 duplicatas de atas de seções eleitorais, onde as violências não tinham podido conseguir a paralisação dos trabalhos.

**Sessão de 28 de janeiro de 1873** – Pediu a dispensa de direitos de importação para materiais destinados à estrada de ferro de Baturité, já em construção.

**Sessão de 8 de maio de 1873** – Defendeu a magistratura do Ceará contra violências policiais, resultantes da concessão de *habeas corpus* a pessoas atingidas pelo recrutamento militar.

**Sessão de 10 de maio de 1873** – Voltou a defender a magistratura do Ceará contra violências policiais, inclusive as próprias vidas dos juízes e de suas famílias. Protestou por terem sido empossados no Crato e em Quixadá vereadores eleitos em eleições fictícias. Também falou dos desmandos de policiais e até mesmo de oficiais e praças do 14º Batalhão, nas recentes eleições no Ceará.

**Sessão de 23 de maio de 1873** – Defendeu ajuda à Casa de Caridade de Sobral, obra do padre José Antônio de Maria Pereira Ibiapina. Também falou sobre a liberdade de imprensa, ameaçada no Ceará.

**Sessão de 26 de maio de 1873** – Relatou violências praticadas pelo recrutamento de cearenses, do desrespeito a *habeas corpus* concedido pelo juiz do Crato e da arbitrária remoção de juizes de Direito no Ceará.

**Sessão de 27 de maio de 1873** – Voltou a protestar contra o recrutamento feito no Ceará, sem respeito ao direito que têm os recrutados de reclamarem, tendo sido riscado o Código o *habeas corpus*, violências estas praticadas por ordem de um Presidente (Francisco de Assis de Oliveira Maciel), que aliás é magistrado. Reclamou dos atentados contra a vida e propriedade, observados no Ceará, apesar das forças militares para os serviços de guarnição e de polícia. “Trazendo, Sr. Presidente, a noticia dos acontecimentos que deploro em minha provincia, não tenho por fim, repito, senão chamar a attenção do governo para uma policia mais regular, mais previdente, porque entendo que essa policia é possível, e não esperar pelo tempo, pelas estradas de ferro, crescimento de luzes e melhoria dos costumes para onde nos atira o discurso da Coroa.” (...) “O recrutamento continúa a fazer-se de um modo barbaro e horroroso. Não há isenção que aproveite aos infelizes e os delegados escudados nas ordens do presidente e do celebre aviso reservado do ex-ministro Jaguaribe (*refere-se ao senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, presente à sessão*), apenas recrutam o individuo deferem-lhe immediatamente o juramento, como do exercito, sem concederem-lhe uma hora se quer para allegarem suas isenções.” Mencionou dezenas de casos das violências policiais, indicando lugares e nomes das vítimas, assim comprovando o aumento da criminalidade no Ceará.

**Sessão de 29 de maio de 1873** – Perguntou ao Ministro da Marinha sobre emenda feita ao orçamento, na Câmara dos Deputados, destinando recursos para o porto de Fortaleza. “Não há talvez porto algum do Brasil em que o trafego do embarque e desembarque seja mais dispendioso que o do Ceará. Entretanto podia-se remediar este defeito com as obras que se tem proposto em diversos pareceres de engenheiros, que teem ido alli estudar, não só por parte do governo, como alguns particularmente, a respeito do que há propostas particulares e estudos feitos por ordem do governo. Eu e todos os cearenses

que tem assento no parlamento, temos constantemente solicitado do governo geral que tome em consideração aquelle estado de cousas o melhore, ou autorizando a construcção da obra por conta da publica administração ou dando as garantias necessarias para a realização de alguma proposta particular. Eu por minha parte e creio pela de meus honrados collegas, pois nenhum de nós faz questão quanto ao modo pratico, o que queremos é que se faça uma obra util, reclamada pela necessidade e pelo augmento da população e riqueza da capital do Ceará.” Desabafo: “Tenho notado, Sr. Presidente, que cada vez que fallo aqui referindo-me aos negocios da minha infeliz provincia, victima da maior intolerancia partidaria, dou occasião a que os nobres ministros se exacerbem contra as victimas da intolerancia e teçam elogios ao administrador, de quem aliás tem a opposição fundadas queixas pelo seu procedimento parcial no Ceará. Por conseguinte, estou convencido de que as nossas reclamações não servem senão de irritar o governo e enfurecel-o mais contra nós. E como não ha para quem apelar, o silencio seria pelo menos mais prudente.” Ainda defendeu, mais uma vez, a construcção de uma estrada de ferro que ligue o Cariri a Fortaleza.

**Sessão de 31 de maio de 1873** – Voltou a falar na criminalidade no Ceará.

**Sessão de 5 de junho de 1873** – Insistiu na defesa da construcção das vias de comunicação com o interior cearense, principalmente com o Cariri.

**Sessão de 9 de junho de 1873** – “Ha quantos annos, Sr. Presidente, desde o governo colonial que o Ceará precisa de um porto. No tempo de El-Rei D. João VI foi mandado la um official examinar o porto; ainda em 1816 o governador teve ordem para mandar proceder a um exame a este respeito, subseqüentemente tem-se feito uma serie de exames naquelle porto; entretanto até hoje, depois de meio seculo de vida e independencia do Brasil, não houve ainda um governo que mandasse realizar uma obra de tanta necessidade para o Ceará! Se, pois, o governo tem se esquecido de promover os interesses materiais da mesma provincia e sobre objecto que devia mais interessal-o, como é o porto, não admira que se esquecesse das vias de comunicação; eu, pois, cumpro, quanto em mim cabe, o dever de reclamar, de pugnar por seus interesses, embora sem melhor resultado.”

**Sessão de 13 de junho de 1873** – Defendeu a prestação de garantia do governo central (caução), a investimentos de capitais na construção da estrada de ferro de Baturité.

**Sessão de 12 de julho de 1873** – Novamente protestou contra práticas arbitrárias do recrutamento, vigentes no Ceará.

**Sessão de 16 de julho de 1873** – Falou de irregularidades cometidas pelas autoridades no Ceará, por ocasião das eleições de 1872, anulando votações regularmente feitas e aprovando atas falsas. Disse que isto mostra “até onde a intervenção do governo tem falseado, desmoralizado e nullificado o systema eleitoral.” Afirmou que o governo faz eleições sem gente; seus amigos escrevem atas que serão aprovadas. Isto na hipótese da força pública não atacar o povo na véspera da eleição, como aconteceu em Missão Velha. Condenou o recrutamento ilegal e arbitrário, como arma eleitoral, para afastar os votantes das urnas.

**Sessão de 5 de agosto de 1873** – Relatou procedimento do governo, a pretexto de suposta sedição, de reunir força pública em Sobral e Missão Velha, para evitar o comparecimento dos eleitores; assim, escreveram atas falsas e ganharam fictícia eleição em 1872.

**Sessão de 26 de agosto de 1873** – “O valle do Cariry, na minha provincia, é considerado como o centro de producção mais rico das provincias do norte (*refere-se ao Nordeste*). Não me refiro ás do Sul, porque não as conheço do mesmo modo. É um espaço immenso circundado de serras, de onde correm arroyos perennes que fertilisam aquelle sólo, rico em todo o genero de producção, principalmente de canna e algodão. Mas, como fica distante do littoral 80 leguas, é como um oásis encravado no deserto; não é possível virem dalli os generos para o littoral, senão quando estes sobem a um preço muito elevado, como no tempo em que o algodão subiu 20 \$ por arroba. Desde que o algodão e o assucar descem a seus preços normaes, a exportação desses productos do valle do Cariry torna-se impossivel. Entretanto, aquelle valle contém uma população activa de mais de 200 mil habitantes, que poderia muito exportar; mas toda a producção actual é consumida alli e pelos arredores e sertões visinhos; porque concebe o senado que ella deve limitar-se ao consumo interno e circumvisinho, desde que não ha exportação em consequencia de longitude. Á vista disso, não tenho razão de perguntar: porque o governo não se lembra tambem de abrir communicação entre

o littoral do Ceará e o valle do Cariry? Pois os habitantes do Ceará, notadamente os daquelle importante valle encravado no centro, mas tão rico pella natureza, tão populoso, não são dignos das boas graças do governo?” Defendeu que se conceda a garantia de 7% à estrada, de Baturité até o Cariri; a que vai de Fortaleza a Baturité é uma estrada de 18 léguas, apenas a primeira secção da grande linha central do Ceará. Lembrou, ainda, a construção do porto de Fortaleza, a tanto reclamada.

**Sessão de 3 de setembro de 1873** – Voltou a falar da garantia de 7%, ou antes, da fiança dessa garantia, já concedida pela Assembleia Provincial aos capitais empenhados na empresa da via férrea de Baturité, em construção, cujo prolongamento vai chegar ao Cariri.

**Sessão de 8 de junho de 1875** – Informou que a Câmara de Vereadores do Crato é formada por indivíduos que não foram eleitos, compreendidos em uma duplicata clandestina, dizendo que esperava profligar esse crime, mas a Câmara intrusa continuava a funcionar.

**Sessão de 9 de julho de 1875** – Retornou a falar sobre o porto de Fortaleza, em estudo desde 1816.

**Sessão de 3 de agosto de 1875** – Registrou caso de violência policial em eleição na vila de Cascavel. Insistiu na condenação da Câmara Municipal apócrifa, funcionando no Crato.

**Sessão de 18 de agosto de 1875** – Insistiu na necessidade de um porto em Fortaleza, bem como na construção da estrada para o Cariri.

**Sessão de 27 de agosto de 1875** – Registrou dois casos de revolta do povo no Ceará: em 1º de julho anterior, foram rasgados editais do Exército e da Marinha para alistamento em Saboeiro; em Acarape aconteceu coisa semelhante.

**Sessão de 1º de setembro de 1875** – Apresentou emenda aditiva ao orçamento, em favor da estrada de ferro de Baturité, e forneceu informações sobre localidades situadas no seu trajeto. Comentou as dificuldades financeiras por ela enfrentadas.

**Sessão de 9 de setembro de 1875** – Informou que as Juntas de Qualificação não puderam funcionar em Limoeiro, Conceição, Quixadá e Acarape por terem sido dispersadas, e rasgados livros e papéis.

**Sessão de 20 de setembro de 1875** – Voltou a defender a construção da estrada de ferro de Baturité.

**Sessão de 21 de setembro de 1875** – Relatou o andamento da construção da estrada de ferro de Baturité, falando das possibilidades da produção agrícola a ser transportada. Apresentou emenda aditiva ao orçamento, para empréstimo de até 3.000.000 \$ à companhia cearense da estrada de ferro de Baturité.

**Sessão de 21 de fevereiro de 1877** – Disse que nas últimas eleições no Ceará, somente houve votação em 2 freguesias, do total de 53 que conta, por causa das violências policiais.

## **Doação ao Ceará**

Thomaz Pompeo de Souza Brasil dedicou a vida ao Ceará – foi o mais importante dos seus filhos no século XIX. Louvou de forma incansável a terra e o povo, tendo sido condutor de ações em favor do progresso material, social e político: não ficou com palavreado vazio e sem conseqüências!

“A esta minha, mais afanosa do que proveitosa dedicação, a província do Ceará me ha retribuido com uma honrosa confiança, superior ao meu merecimento, mandando-me mais de uma vez representar-a no parlamento, o que me constitue em grande divida de gratidão e me obriga ainda mais a redobrar de esforços para prestar-lhe todo o concurso a meu alcance em prol de seus legitimos interesses.” (Senador Pompeo – Senado do Império, sessão de 21 de setembro de 1875).

Nas suas atividades senatoriais, pouco se preocupou com temas políticos nacionais, que já agitavam a nação, tais como a emancipação dos escravos e o advento da República.

Na sessão de 18 de agosto de 1871, no Senado do Império, declarou-se abolicionista, talvez radical. “Por mim o digo, Sr. Presidente, muito antes do honrado Sr. Visconde do Rio Branco pensar na emancipação do elemento servil, ou ainda quando S. Ex. e seus honrados companheiros entendiam que só dos arcanos da Divina Providencia podia vir o remedio para a escravidão, já na minha provincia propagava pela imprensa a emancipação e influia para que meus amigos apresentassem na assembléa provincial projectos que se converteram em lei, promovendo a manumissão gradual, segundo as forças da thesouraria provincial.”

Um outro tema, praticamente alheio às suas preocupações senatoriais, foi o da ocorrência de secas no Ceará. A explicação de tal proceder pode ser encontrada na ausência da calamidade, nos anos em que esteve no Senado do Império (1864 – 1877) – (ALVES, 1953). É bom lembrar que o senador morreu em 2 de setembro de 1877, ano inicial da grande seca que durou três anos.

No tempo em que esteve como senador do Império, o Ceará foi governado por presidentes do Partido Liberal, desde Lafayette Rodrigues Pereira (04/04/1864) até Pedro Leão Veloso (15/04/1868); depois, sofreu as conseqüências da sua escolha política, em oposição ao Partido Conservador, desde Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (27/08/1868) até Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01/1877 – 24/11/1877). Deste modo, penou com os seus correligionários as violências policiais e as fraudes eleitorais, freqüentemente denunciadas no Senado do Império, aliadas às arbitrariedades do recrutamento, atingindo desafetos políticos.

Sempre protestou contra o descaso com que o Governo Central tratou o Ceará, principalmente no tocante à construção de estradas e do porto de Fortaleza. Desiludido da ação governamental, ele próprio cuidou da construção da estrada de ferro de Baturité, pois foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870.

A estrada de ferro atingiu o Cariri no início dos anos '20 do século XX e o porto de Mucuripe foi operativo em meados do mesmo século. As sementes das idéias do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, embora pioneiras, custaram a germinar. Coisas do Brasil!

## **Agradecimentos**

Devemos sinceros e profundos agradecimentos ao senador Marco Maciel, por haver autorizado a realização de pesquisa nos *Annaes do Senado do Império*, em busca dos pronunciamentos do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, serviço este realizado pela Sub-secretaria de Arquivo do Senado Federal, que igualmente merece nossos agradecimentos. Também, agradecemos as ajudas que recebemos da parte de George Luiz dos Santos e Rosemere Fernandes Saito, que trabalham na Biblioteca Nacional.

## Bibliografia

ALVES, J. – 1953 – *História do Ceará. História das Secas (Séculos XVII a XIX)*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 244 p.,

\* ANÔNIMO – 1877 – Senador Pompeu. *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

\* BRÍGIDO, J. – 1877 – [Necrológio do Senador Pompeu] *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

CAMARA, J. – 1906 – Senador Pompeu. *Almanach do Estado do Ceará*. Fortaleza, 12 : 143-145, 1 fig.

\* CÂMARA, J. A. S. (org.) – 1960 – *Correspondência do Senador Pompeu*. Instituto do Ceará, Fortaleza. 216 p. [VIII] ests.

CÂMARA, J. A. S. – 1970 – *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. 352 p.

CÂNDIDO, T. A. P. – 2005 – *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877 – 1880)*. Museu do Ceará, Fortaleza. 127 p., [9] figs.,

CATUNDA, H. – 1943 – O Senador Pompeu. *Rev. Inst. Ceará: LVII*. Fortaleza, p. 39-43.

DORIA, E. – 1922 – Relação dos Principaes Cearenses Representantes do Ceará na Vida Política do Império do Brazil. *Rev. Trim. Inst. Ceará*: Fortaleza, XXXVI, p. 361-373.

\* FERREIRA, B. C. – 1989 – *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 – 1930*, Edições Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações: Fortaleza. 198 p.

\* GIRÃO, R. – 1977 – *O Senador Pompeu (1877 – 1977)*. Editora Henriqueta Galeno: Fortaleza. 26 p., 1 fig.,

GUIMARÃES, H. V. – 1952 – *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda: Fortaleza. 544 p., [44] figs., Biografia de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 509-511.

LEITE NETO, L. (coord.) – 1986 – *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986*. (Volume IV). Senado Federal, I - XLVI + 1967-2629 + I - CCXXXII pp., ilus., Brasília. Biografia de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 2547-2549.

MACEDO, J. M. – 1877 – Discurso. *Rev. Trim. Inst. Hist. Ethnog. Brasil.*, Rio de Janeiro, XL (2) : 555-584. Necrológio de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 558-565.

MACEDO, N. – 1967 – *O clã de Santa Quitéria*. Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A.: Rio de Janeiro. 90 p., [VI] ests.

OLIVEIRA, A. F. – 1994 – *A Estrada de Ferro de Sobral*. Expressão Gráfica e Editora Ltda.: Fortaleza. 144 p., [12] figs.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Edições Tempo Brasileiro Ltda.: Rio de Janeiro. XVI + 219 p., 4 figs.,

\* PAIVA, M. P. – 1998 – Os naturalistas e o Ceará: IV - Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 112 : 9-26. Inserido no livro do autor – *Os Naturalistas e o Ceará* (p. 107-124), editado pelo Instituto do Ceará (2002).

POMPEU, J. – 1877 – [Senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil]. *Cearense*, Fortaleza, XXXI (84): 1. (Edição de 4 de outubro de 1877).

\* STUDART, G. (barão) – 1915 – *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (Volume terceiro). Typ. Minerva: Rio de Janeiro. 290 p. Bio-bibliografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 141-146.

VIANNA, [F. J.] O. – 1925 – *O Occaso do Imperio*. Comp. Melhoramentos de São Paulo: São Paulo. 212 p.